



DECISÃO nº.: 44/2015 – COJUP  
PROCESSO nº.: 34.907/2015-8  
CONTRIBUINTE: **A. TATYANE MORENO PEGADO**  
INSCRIÇÃO nº.: 20.290.808-9  
ENDEREÇO: Rua dos Pajeús, 1.453, Alecrim, Natal/RN.

OCORRÊNCIA: *Contribuinte possui pendência com obrigação principal e/ou acessória.*

## 1 - O RELATÓRIO

De acordo com o Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional – ano de 2015, o contribuinte acima qualificado teve seu pedido de opção ao regime de pagamento simplificado de impostos indeferido por ter infringido o disposto no art. 15, inciso XV, da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, de 29 de novembro de 2011, c/c arts. 150, incisos II, VII, VIII, XIII a XXI, do Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Rio Grande do Norte – RICMS, resultando no indeferimento do pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado de impostos – SIMPLES NACIONAL

Em razão desse indeferimento o contribuinte apresentou impugnação no prazo legal alegando que efetuou “*parcelamento junto ao simples nacional no dia 22.01.2015 e pago a primeira parcela no dia 26.01.2015, as outras pendências, também foram regularizadas dentro do prazo estipulado pela opção do simples nacional*” antes do último dia útil do mês de janeiro de 2015, conforme documentos anexos.

## 2 - MÉRITO

O presente processo trata de julgamento de um pedido de opção pelo regime de pagamento simplificado denominado SIMPLES NACIONAL.

A requerente foi devidamente cientificada e impugnou o feito no prazo legal e apresentou argumentos precisos, lógicos e adequados de forma a defender-se da ocorrência descrita no Termo de Indeferimento da Opção pelo Simples Nacional, demonstrando perfeito entendimento de todo o processo, razão pela qual considero atendido o disposto no art. 110 do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário – RPPAT, aprovado pelo Decreto nº. 13.796, de 16 de fevereiro de 1998.

O contribuinte impugnou tempestivamente o Termo de Indeferimento atendendo aos ditames do art. 191-F do Regulamento de Procedimentos e de Processo Administrativo Tributário – RPPAT.

---

Isnard Dubeux Dantas  
Julgador Fiscal



O indeferimento da opção ocorreu em razão do enquadramento do contribuinte nos termos do art. 15, inciso XV, da Resolução 94/2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, de 29 de novembro de 2011, c/c art. 150, incisos II, VII, VIII, XIII a XXI, do RICMS.

Examinando-se os documentos anexados a impugnação apresentada verifica-se que as pendências relativas a falta de recolhimento do ICMS declarado nos DAS referentes ao período de 12/2013 a 11/2014 foram solucionadas mediante pedido de parcelamento de débitos junto a Receita Federal, fls. 05 a 11.

O relatório *Consulta Recolhimento*, em anexo, comprova o recolhimento da primeira parcela do pedido de parcelamento acima mencionado no prazo legal estabelecido no art. 6º, §1º da Resolução 94/2011/CGSN.

A pendência relativa a *DIVERGÊNCIA NOTAS SAÍDA (GIM) X RECEITA DE CARTÃO DE CRÉDITO*, referente ao período de janeiro de 2015, constante no relatório *Extrato Fiscal do Contribuinte*, em anexo, somente foi incluída após o prazo legal estabelecido no art. 6º, §1º da Resolução 94/2011/CGSN.

Acerca dessa pendência acima mencionada sugerimos ao Sr. Diretor da 1ª URT a expedição de Ordem de Serviço a fim de que a requerente seja notificada a recolher o débito.

A omissão relativa a falta de entrega dos arquivos EFD listados no relatório *Extrato Fiscal do Contribuinte*, em anexo, não é óbice ao deferimento do pedido.

Assim sendo, restou comprovada a regularização das pendências que motivaram o indeferimento do pedido de inclusão ao regime de pagamento simplificado denominado SIMPLES NACIONAL, na data limite estabelecida no art. 6º, §1º da Resolução 94/2011-CGSN, razão pela qual defiro o pedido.

### 3 – DECISÃO

Por todo o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido de opção do contribuinte ao regime de pagamento simplificado de impostos.

Remeta-se o p.p a 1ª URT, nos termos do art. 191-G, §2º do RPPAT, para que seja dada ciência ao contribuinte conforme art. 16 do mesmo diploma legal, além da adoção das providências previstas no art. 109, § 4º da mencionada Resolução.

Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais – COJUP.

Natal, 09 de março de 2015.

Isnard Dubeux Dantas  
Julgador Fiscal – mat. 8637-1